



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO TRÊS RIOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO MEIO AMBIENTE - DCMA**

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS RESERVAS PARTICULARES DO  
PATRIMÔNIO NATURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Luiz Ricardo Caixeiro**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Fábio Souto de Almeida**

**CO-ORIENTADOR: Prof. Dra. Erika Cortines**

**TRÊS RIOS - RJ  
JULHO – 2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO TRÊS RIOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO MEIO AMBIENTE - DCMA**

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS RESERVAS PARTICULARES DO  
PATRIMÔNIO NATURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Luiz Ricardo Caixeiro**

Monografia apresentada ao curso de Gestão Ambiental, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental da UFRRJ, Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**TRÊS RIOS - RJ  
JULHO – 2014**

Caixeiro, Luiz Ricardo, 2014 –

Distribuição geográfica das reservas particulares do patrimônio natural no estado do Rio de Janeiro/ Luiz Ricardo Caixeiro. - 2014

38f. : grafos, tabs.

Orientador: Fábio Souto Almeida

Monografia (graduação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios. 2014

Bibliografia: f17-19.

1. Mata Atlântica, Unidades de conservação, Reserva Particular do Patrimônio Natural – Monografia. 2.

Gestão Ambiental – Brasil – Monografia. I. Caixeiro, Luiz Ricardo. II.

Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro. Departamento de Ciência do Meio Ambiente.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO TRÊS RIOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO MEIO AMBIENTE - DCMA**

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS RESERVAS PARTICULARES DO  
PATRIMÔNIO NATURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Luiz Ricardo Caixeiro**

Monografia apresentada ao Curso de Gestão Ambiental como pré-requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aprovada em 16/07/2014.

Banca examinadora:

---

Prof. Orientador Dr. Fábio Souto de Almeida/UFRRJ

---

Prof. Co-orientadora Dra. Erika Cortines/UFRRJ

---

Prof. Dr. Alexandre Ferreira Lopes/UFRRJ

---

Prof. Ms. Andrey da Silva Brugger/UFF

**TRÊS RIOS - RJ  
JULHO - 2014**

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a minha família pelos momentos de felicidade e compreensão, por todo o carinho e força nos momentos que mais necessitei.

Agradeço ao meu grande amigo Fábio Luiz, responsável por me mostrar o curso de Gestão Ambiental e me passar ensinamentos que nunca vou esquecer.

Em memória do melhor escalador do grupo de montanha de Petrópolis, meu grande companheiro Sargento Andrey.

Agradeço a minha companheira, orientadora e conselheira, Naiara, sem você tenho certeza que não estaria aonde estou hoje.

À todos da primeira turma de Gestão Ambiental, que juntos chegaram para fazer a diferença e marcaram o curso de Gestão Ambiental como o melhor Curso de graduação da Rural.

Um agradecimento em especial para os amigos que dividiram república comigo, desde o simples apartamento da Dona Iris e do pretinho, o Buraco, a Casa Rosa, King's, Histeria Coletiva e principalmente aos guerreiros da Niggalize.

À todos os novos companheiros que fizeram meus dias e noites muito melhores quando estava longe da minha família e amigos mais íntimos.

À linha LTDA, que mesmo na correria, mostrou confiança e inspirou os alunos da melhor maneira possível.

Agradeço também a toda a comunidade de bovinos e fungos, que em união são responsáveis pela produção dos melhores petiscos da região.

Um agradecimento especial para todos os professores, mestres e doutores da Rural, pela dedicação, esforço e coragem. Obrigado por todos os ensinamentos passados. Principalmente com meus orientadores pela paciência, compreensão e pelo tempinho extra.

“Buliram muito com o planeta  
E o planeta como um cachorro eu vejo  
Se ele já não aguenta mais as pulgas  
Se livra delas num sacolejo.”  
*(SEIXAS, 1974)*

## RESUMO

Com o crescimento das populações, expansão do comércio e aumento do consumo de bens em todo o planeta, aumenta cada vez mais a pressão sobre os ecossistemas. Ambientes naturais essenciais para manutenção da biodiversidade e fornecimento de serviços ambientais sofrem cada vez mais para se manter em equilíbrio, sem comprometer as futuras gerações. O bioma da Mata atlântica é um dos mais importantes do mundo, possui uma das áreas mais ricas em biodiversidade e contribui de forma significativa para manutenção de recursos. A degradação sofrida nesse ambiente devido ao aumento da industrialização, aumento da população e maior necessidade de área para culturas acabaram por reduzir a Mata Atlântica em pequenos corredores e fragmentos. Regiões com alto índice de desenvolvimento como o Estado do Rio de Janeiro possuem apenas poucas áreas protegidas. A criação de áreas protegidas para conservação de recursos e manutenção da biodiversidade vem se destacando como uma das principais e mais eficientes técnicas para conservação *in situ*. No Brasil essas áreas podem ser representadas pelas Unidades de Conservação, sob respaldo da lei 9895 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Objetivou-se nesse estudo, apresentar o percentual de área protegida pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Estado do Rio de Janeiro. Avaliou-se também, os órgãos reconhecedores das portarias de criação das RPPNs, distribuição das diferentes mesorregiões do Estado e do tamanho das áreas das RPPN, e o grau de implementação e conservação das respectivas Unidades de Conservação (UC). Foram analisados dados fornecidos pelos órgãos públicos competentes das UCs, como Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e dados dos municípios apresentados pelas Secretarias do Ambiente. Foram utilizados dados da Confederação Nacional de RPPN e Associação de Patrimônio Natural do Rio de Janeiro. Após a junção e análise das referências oficiais foi possível constatar que o Estado do Rio de Janeiro, possui 159 RPPNs e essas reservas ocupam cerca de 0,5% do seu território. Em sua maioria, as UCs têm suas portarias reconhecidas pela esfera Federal e Estadual do Poder Público, com percentual respectivo de 45% e 49%. As Prefeituras são responsáveis por reconhecer apenas 6% do total das RPPNs do Estado. As Reservas particulares possuem em sua maioria território inferior a 50 hectares (77%) que somados se aproximam do tamanho coberto pelas RPPNs maiores que 100 hectares (16%). As RPPNs estão distribuídas em 37 dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, sendo a maior concentração delas na região Serrana do Estado. Das Reservas privadas contabilizadas, todas apresentavam grau máximo de Conservação. 93% das RPPNs possuem Grau de Implementação máximo e 7% delas são Reservas apenas legalmente constituídas. Podemos concluir que as Unidades de Conservação privadas são fundamentais e de extrema importância para garantir proteção aos ecossistemas responsáveis por fornecer Serviços Ambientais essenciais. A participação e proximidade das diferentes esferas governamentais influencia diretamente no número de Reservas e na qualidade de implementação dessas áreas.

Palavras-chave: *Mata Atlântica, Unidades de conservação, Reserva Particular do Patrimônio Natural*

## ABSTRACT

Growing populations, expanding trade and increasing consumption around the world, steadily increasing pressure on ecosystems. Natural environments essential for maintaining biodiversity and providing ecosystem services are increasingly suffering to keep in balance, without compromising future generations. The biome of the Atlantic Forest is one of the most important in the world, has one of the richest areas in biodiversity and contributes significantly to the maintenance of resources. The slump in this environment due to increased industrialization, population growth and increased need for area crops eventually reduce the Atlantic in small corridors and fragments. Regions with a high development rate as the State of Rio de Janeiro have only a few protected areas. The creation of protected areas for resource conservation and biodiversity areas has emerged as one of the leading and most efficient techniques for in situ conservation. In Brazil these areas can be represented by protected areas, under support of the law 9895 of 2000 establishing the National System of Conservation Units. The objective of this study present the percentage of area protected by the Private Natural Heritage (RPPNs) in the State of Rio de Janeiro. We evaluated also recognizers organs of the orders of creation of private reserves, distribution of different meso-regions of the state and the size of the areas of PRNP, and the degree of implementation and maintenance of their Conservation Units (CU). Data provided by public agencies of CUs, as the Ministry of Environment (MMA), State Environmental Institute (INEA) and data submitted by municipalities Secretariats of the Environment were analyzed. We used data from the National Confederation of PRNP and Natural Heritage Association of Rio de Janeiro. After pooling and analysis of official references it was found that the State of Rio de Janeiro, has 159 private reserves and these reserves occupy about 0.5% of its territory. Most of the UCs have their ordinances recognized by the Federal and State Government level, with respective percentage of 45% and 49%. Municipalities are responsible for recognizing only 6% of total RPPNs state. Private Reserves have mostly lower territory 50 hectares (77%) which together approximate the size covered by RPPNs larger than 100 acres (16%). RPPNs are distributed in 37 of the 92 counties of the State of Rio de Janeiro, with the highest concentration in the mountainous region of the state. Of private reserves accounted for, all had maximum degree of Conservation. 93% of RPPNs possess Degree of Implementation and maximum 7% of them are only legally constituted Reservations. We conclude that the private Conservation Units are fundamental and of paramount importance to ensure protection of ecosystems responsible for providing essential environmental services. Participation and proximity of different government directly influences the number of reservations and quality of implementation of these areas.

Keywords: *Atlantic Forest, Protected Areas, Private Natural Heritage Reserve.*

## **LISTA DE ABREVIACOES E SÍMBOLOS**

Ha – hectares

Inea - Instituto Estadual do Ambiente

ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e sobre a Prestação de Servios de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

MMA – Ministrio do Meio Ambiente

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

Sea – Secretaria do Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Representação do território original e atual da Mata Atlântica (SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).....	7
<b>Figura 2.</b> Avaliação dos Grau de Conservação e Implementação, conforme o Decreto Estadual 41.884 de 2009.....	9
<b>Figura 3.</b> Mapa com as delimitações das regiões e microrregiões do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (Guia Geográfico, 2014).....	10
<b>Figura 4.</b> Porcentagem de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) reconhecidas pelos governos municipais, governo estadual e governo federal, no Estado do Rio de Janeiro.....	13

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Área protegida integralmente pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Estado do Rio de Janeiro.....	13
<b>Tabela 2:</b> Distribuição das Reservas Particulares do Patrimônio Natural nas mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.....	13
<b>Tabela 3:</b> Tamanho das Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Estado do Rio de Janeiro segundo cadastro nos órgãos públicos.....	14

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1. Objetivos.....	3
1.1.1. Objetivos específicos.....	3
<b>2. REVISÃO TEÓRICA</b> .....	4
2.1. Unidades de Conservação no Mundo.....	4
2.2. Unidades de Conservação no Brasil.....	5
2.2.1. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural.....	6
2.3 ICMS Verde.....	8
<b>3. MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	10
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	12
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	16
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	17
<b>7. APÊNDICE</b> .....	2

# 1. INTRODUÇÃO

A conservação da biodiversidade do planeta atraiu a atenção internacional, pois a comunidade científica acredita que as atividades humanas estão ocasionando um novo processo de extinção em massa (PRIMACK & RODRIGUES, 2001). A preocupação com a perda de espécies está relacionada com os benefícios que a biodiversidade oferta à humanidade. Além disso, novos usos e aplicações da diversidade biológica vêm sendo encontrados, como a sua utilização em modernas biotecnologias (GUERRA, 2012).

A degradação de grandes áreas, com a devastação de matas nativas e o desaparecimento de espécies da fauna e flora, são ações resultantes de processos culturais e históricos e, atualmente, se faz necessário mitigar esses impactos ambientais a fim de conservar os recursos naturais para as futuras gerações. Com o acelerado crescimento demográfico, conservar e/ou preservar as riquezas da natureza sem comprometer o desenvolvimento econômico é um dos principais desafios do presente século. Deve-se atentar para o fato de que o aumento da extração de recursos naturais pode fragilizar o ambiente, provocando desestabilização de seu funcionamento (MELLO *et al.*, 2011), influenciando no fornecimento de serviços ambientais essenciais para garantir a sadia qualidade de vida da população humana. Desse modo, é preciso reavaliar o atual modo de desenvolvimento socioeconômico de muitos países. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável, que é pautado pela busca do equilíbrio entre uso e perpetuação dos recursos naturais, é uma alternativa promissora (OLIVEIRA & PIRES, 2011).

As florestas de todo o mundo têm sido ameaçadas pelas atividades humanas. No caso das florestas tropicais, as intervenções ocorrem principalmente nos últimos séculos. Estima-se que as florestas tropicais brasileiras perderam cerca de 50 % de sua área, sendo a Mata Atlântica a mais afetada (AYRES *et al.*, 2005). O mais preocupante é observar que apesar das florestas tropicais possuírem uma elevada biodiversidade, pois ocupam aproximadamente 7 % da superfície terrestre e possuem mais da metade da biota mundial, estão sendo destruídas de forma acelerada (WILSON, 1997). Isso demonstra a falta de controle e fiscalização eficientes por parte das autoridades públicas.

Os biomas brasileiros sofreram muito com a perda e fragmentação de seu território para dar lugar a áreas agrícolas, criação de gado, cidades e complexos industriais. Essa perda

foi acentuada principalmente na região sudeste, região da Mata Atlântica, onde vive cerca de 40 % da população do país (IBGE, 2014). A Mata Atlântica é um dos principais *hotspots* do mundo e abriga imensa diversidade de flora e fauna que se distribui através das florestas, campos naturais, restingas, manguezais e outros tipos de vegetação nativa. É também o bioma brasileiro mais ameaçado e fragmentado, pois somados todos os fragmentos de florestas nativas acima de 3 ha restam apenas 12,5 % dos 1,3 milhões de quilômetros quadrados originais (SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).

A criação de áreas protegidas é uma das principais estratégias para a conservação e manejo de recursos naturais essenciais para garantir a qualidade de vida da população (ALMEIDA *et al.*, 2011). As Unidades de Conservação da Natureza são áreas especialmente protegidas com os objetivos básicos de conservar a biodiversidade e os recursos naturais, possuindo ainda objetivos específicos em função da sua categoria. Unidades de Conservação estão sendo demarcadas em todo o planeta e se mostram efetivas para salvaguardar espécies ameaçadas de extinção (BRAZ & CAVALCANTI, 2001), além de ajudar a regular o clima, abastecer os mananciais de água, melhorar a qualidade de vida das pessoas e, muitas vezes, abrigar populações tradicionais, cujo sustento depende da utilização sustentável dos recursos naturais (MESQUITA & VIEIRA, 2004). Outro importante papel das Unidades de Conservação é contribuir para a geração de emprego e renda, principalmente através da exploração adequada de seu potencial turístico.

No Brasil, podem ser criadas diversas categorias de Unidades de Conservação, cada uma com suas peculiaridades, mas sempre com a mesma finalidade de proteção. Cabe ao poder público a missão de estabelecer grandes áreas protegidas, que assegurem a proteção de amostras representativas de ecossistemas, populações bióticas viáveis e a manutenção dos processos ecológicos (TABARELLI, 2005). Para auxiliar na proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, Unidades de Conservação do setor privado podem ser criadas. A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) pertence ao grupo de Unidades de Conservação mais restrito em relação ao uso de seus recursos naturais. As RPPNs podem ser criadas por iniciativa do proprietário em toda ou em uma parte de sua propriedade, mediante ato de governos municipais, estaduais ou do governo federal. Além de proteger a biodiversidade na área da RPPN, também é importante na formação de corredores ecológicos, para ligar fragmentos florestais maiores, e para trabalhar a educação ambiental. Avaliar a área protegida

por RPPNs e a sua distribuição no Estado do Rio de Janeiro, área sob o domínio do bioma Mata Atlântica, é importante para o planejamento da conservação ambiental na região.

Diversas limitações ainda devem ser superadas em relação às Unidades de Conservação, que estão ligadas à sua extensão que muitas vezes é limitada, ao seu isolamento e a representatividade dos ecossistemas protegidos. Além disso, outros problemas incluem a sua progressiva deterioração em função de impactos externos, a falta de pessoal qualificado, falta de infraestrutura e de financiamento adequado nas agências governamentais (FONSECA *et al.*, 1997). Esses problemas enfrentados pelos gestores das áreas protegidas limitam seriamente o manejo das Unidades de Conservação. Assim, é importante avaliar a implementação das RPPNs, identificando os principais problemas para a sua gestão.

## **1.1. OBJETIVOS**

Estudar a distribuição geográfica e o grau de conservação e implementação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Estado do Rio de Janeiro.

### **1.1.1. Objetivos Específicos**

- Apresentar o número de RPPNs municipais, estaduais e federais no Rio de Janeiro.
- Avaliar a distribuição das RPPNs no Estado, o tamanho das reservas e o percentual da área protegida;
- Analisar os graus de implementação e conservação das RPPNs estudadas;

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNDO

As áreas protegidas têm sido vistas como um dos principais instrumentos para a conservação da biodiversidade. Mulongoy (2013), afirma que as Unidades de Conservação estão distribuídas em 80 % dos países do mundo e ficam responsáveis por cobrir mais de 11 % da superfície do planeta.

A motivação para reservar determinados espaços para proteção tem como principais metas a criação de espaços sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais. Florestas, montes, cachoeiras ou locais do meio físico natural, consideradas sagradas por diversas religiões, podem ser utilizados para realização de cultos ou até mesmo como locais de reserva intocável. Algumas florestas sagradas na Rússia eram locais de proteção integral, visto que o uso de seus recursos e a permanência do homem eram proibidos (DAVENPORT, 2002). Povos antigos como os assírios de 700 a.C., os indianos do século III e os romanos, já sabiam da importância da preservação de determinadas áreas para garantir a manutenção de recursos essenciais como o fornecimento de água, madeira e alimento proveniente do extrativismo, cultura ou caça (COLCHESTER, 1997).

Todavia, considera-se que a primeira Unidade de Conservação da Natureza foi o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872 nos Estados Unidos, que tinha como objetivo preservar belas paisagens. Após Yellowstone foram criados também três grandes parques, o *Sequoia National Park*, *General Grant* e *Yosemite* no ano de 1890 (NPS, 2014). As pessoas são consideradas somente como visitantes e os antigos moradores foram transferidos do local onde viviam.

Na criação das Unidades de Conservação é de extrema importância que estudos prévios sejam realizados, para que possam ser criadas com a maior área possível, maior diversidade de habitats, maior número de espécies, evitar o efeito de borda, proteger totalmente os ecossistemas do local e escolher a melhor categoria (FONSECA *et al.*, 1997). No caso de Unidades de Conservação que contenham comunidades tradicionais ou áreas

particulares é importante compatibilizar a necessidade das populações com a conservação da natureza. Entender as intervenções de populações humanas nas áreas protegidas somente como um aspecto negativo vem causando diversos conflitos. É importantes fomentar a participação da população local na gestão da Unidade de Conservação. Quanto mais integradas à comunidade e a outras unidades de conservação da região, menos sujeitas estarão a invasões, explorações clandestinas de madeiras e ações de ocupação desordenada em seu entorno (MESQUITA *et al.*, 2004).

Unidades de Conservação são fundamentais para a reversão da crise de extinção de espécies. A conservação *in situ* foi considerada em 1992, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, como uma das principais prioridades para a conservação da biodiversidade, sendo inserida na Convenção sobre Diversidade Biológica.

Contudo, as matas remanescentes, mesmo que protegidas por Unidades de Conservação, continuam a serem afetadas negativamente pela caça de animais, invasão de espécies exóticas, exploração ilegal de madeira e coleta de plantas (GALETTI & FERNANDEZ, 1998; TABARELLI *et al.*, 2004). Assim, a efetividade das Unidades de Conservação cresce na medida em que são selecionadas, planejadas, criadas e administradas a partir de critérios técnicos efetivos.

## 2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

São as Unidades de Conservação que melhor traduzem a missão de contribuir para a proteção da biodiversidade brasileira, principalmente de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, além de ajudar a regular o clima, abastecer os mananciais de água, melhorar a qualidade de vida das pessoas, abrigando populações tradicionais cujo sustento depende da utilização sustentável de seus recursos naturais. Outro importante papel das Unidades de Conservação é contribuir com a geração de emprego e renda, principalmente através da exploração adequada de seu potencial turístico.

No Brasil, as Unidades de Conservação da Natureza são gerenciadas segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Nº 9.985 de 2000. O SNUC estabelece critérios para criação, implantação e gestão das UCs, que estão divididas em 2 grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Segundo a Lei Nº 9.985 de 2000:

*Art. 7º - (...)*

*§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.*

*§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.*

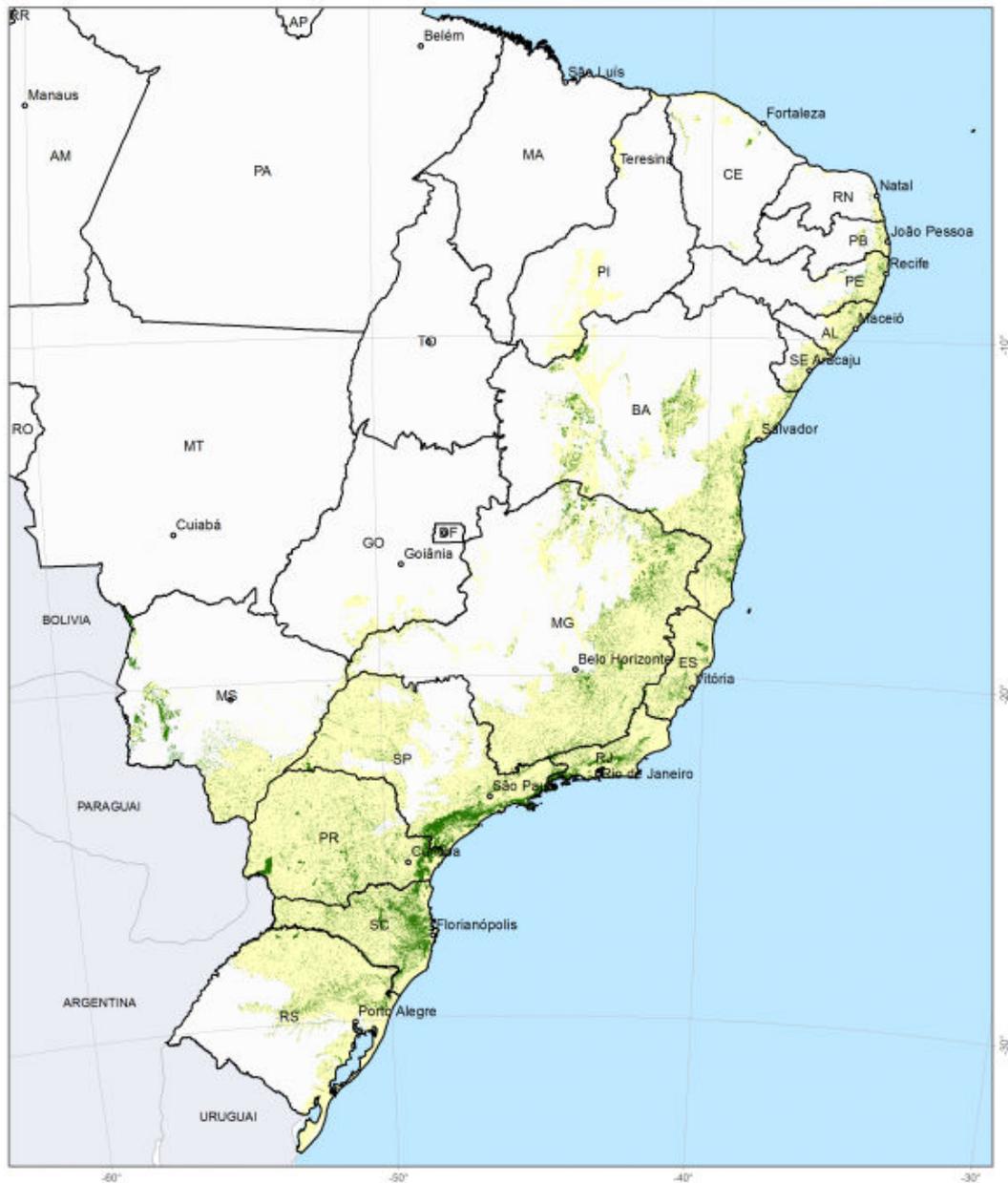
### 2.2.1. AS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL

Dentre todas as categorias de Unidades de Conservação, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é a única categoria de reserva privada que objetiva a manutenção da biodiversidade. A RPPN é criada mediante livre manifesto de um proprietário de terras, não ocasionando perda do direito de propriedade.

Foi somente em 2000 que as RPPNs passaram a ser reconhecidas como Unidades de Conservação, através do SNUC. As RPPNs estão no grupo de Unidades de Uso Sustentável, mas em seu interior somente são permitidas a visitação para turismo ecológico, recreação e educação e a pesquisa científica (MESQUITA *et al.*, 2004). No Estado do Rio de Janeiro, o Decreto Estadual 40.909 de 2007 reconhece as RPPNs.

Dentre seus aspectos positivos das RPPNs podem ser citados a criação de emprego e a geração de renda para seus proprietários e comunidades adjacentes. Além disso, as RPPNs do Estado do Rio de Janeiro são importantes para conservar os remanescentes de Mata Atlântica do Estado. Atualmente, a Mata Atlântica está expressivamente reduzida e fragmentada (Figura 1) e muitos dos fragmentos florestais do bioma estão em propriedades privadas (RAMBALDI & OLIVEIRA, 2003).

### Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2010-2011



Realização:

SOS MATA ATLÂNTICA

Patrocínio:

Bradesco Cartões

Execução Técnica:

INPE

ArcPlan

1:16.500.000

0 100 200 300 400 500 600 km

Projeção Policônica  
Datum SAD 69

Remanescentes florestais

Área da Lei da Mata Atlântica 11.428/06

Área Mínima Mapeada 3ha.  
Agradecemos a gentileza da comunicação de falhas ou omissões verificadas nesta carta.  
Fundação SOS Mata Atlântica  
email: [fosma@sosma.org.br](mailto:fosma@sosma.org.br)

**Figura 1.** Representação do território original e atual da Mata Atlântica (SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).

### 2.3. ICMS VERDE

Para fornecer auxílio, o Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e Serviços (ICMS Verde) surge como uma alternativa de política ambiental com o intuito de proporcionar maior investimento e incentivo na preservação do meio ambiente. Esse mecanismo caracteriza-se pela introdução de critérios ambientais na distribuição de parte ICMS que é de competência estadual, (CASTELANO & FALAGUASTA, 2003).

No Estado do Rio de Janeiro, o ICMS Verde foi criado em 2007 pela Lei Estadual nº 5.100 (RIO DE JANEIRO, 2007), tendo por objetivos principais ressarcir os municípios pela restrição ao uso de seu território, notadamente no caso de Unidades de Conservação e mananciais de abastecimento, além de recompensar os municípios pelos investimentos ambientais realizados em coleta e tratamento de esgotos, em remediação de lixões e em implantação de unidades de disposição final adequada de resíduos sólidos (BARBOSA *et al.*, 2013).

O Decreto 41.884 de 2009 estabelece definições técnicas para alocação do percentual a ser distribuído aos municípios em função do ICMS ecológico. No seu terceiro artigo fica exposto que o Grau de Implementação oscilará de acordo com a existência de alguns instrumentos de gestão como: conselho consultivo, plano de manejo, sede, centro de visitantes, regularização fundiária e infraestruturas de fiscalização e controle.

Será considerada parcialmente implementada a unidade que atenda-a pelo menos três requisitos, e totalmente implementada a unidade que atenda-a pelo menos cinco dos requisitos (Figura 2).

### Grau de Conservação (GC)

Situação da Conservação	Fator de avaliação
Devastada/ não existe	0
Mal conservada	1
Parcialmente conservada	2
Conservada	4

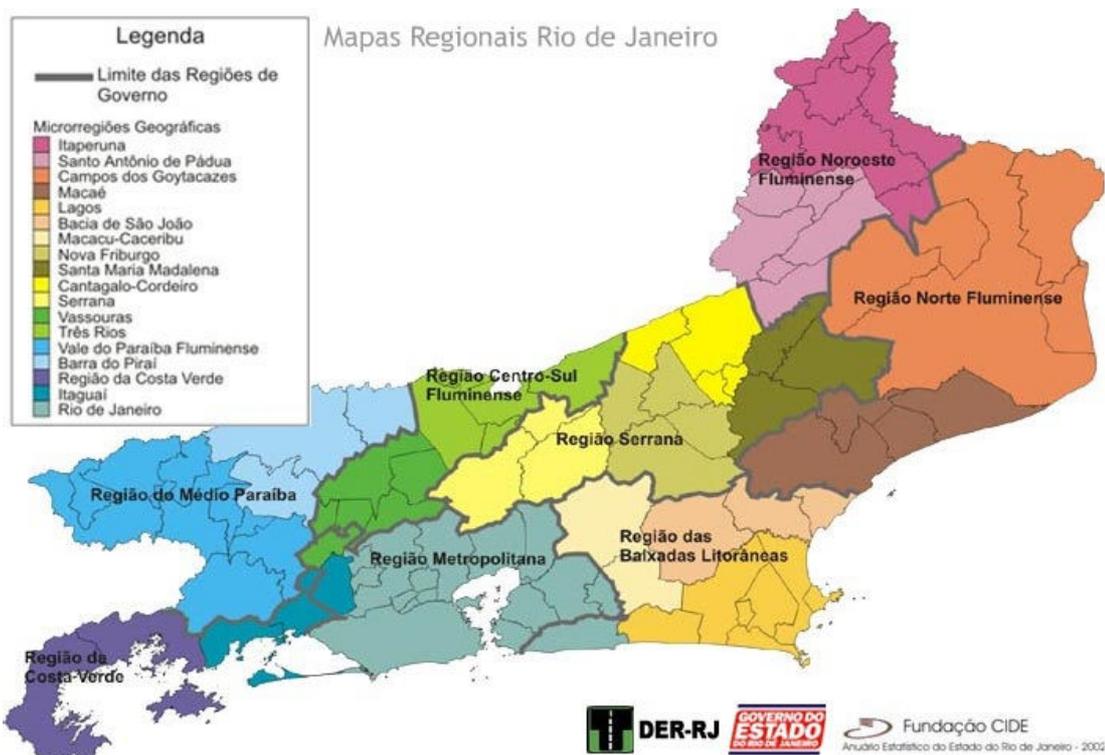
### Grau de Implementação (GI)

Situação da Implementação	Fator de avaliação
Apenas legalmente constituída	1
Parcialmente implementada	2
Totalmente implementada	4

**Figura 2:** Avaliação dos Grau de Conservação e Implementação, conforme o Decreto Estadual 41.884 de 2009.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Localizado na região Sudeste, o Estado do Rio de Janeiro abrange uma área de 43.780,172 Km<sup>2</sup> e possui uma população estimada de 16.369.179 habitantes, com a densidade demográfica sendo de 365,23 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2013). O Estado tem seu território 92 municípios, 18 microrregiões e oito regiões: Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense, Costa Verde, Médio Paraíba, Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Serrana (Figura 3). O Rio de Janeiro está no domínio do bioma Mata Atlântica e possui diferentes fitofisionomias.



**Figura 3.** Mapa com as delimitações das regiões e microrregiões do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (Guia Geográfico, 2014).

Para realizar as análises foram utilizados dados disponibilizados pelos órgãos públicos reconhecedores das Reservas Particulares do Patrimônio Natural disponíveis nas redes de comunicação das entidades até o dia 16 de junho de 2014. Os órgãos afirmam disponibilizar o material sempre com os mais recentes ajustes.

Para organizar e contabilizar as RPPNs, foram avaliados dados dos relatórios sobre repasse do ICMS Verde, realizado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA, 2014). Foram utilizados também como referência os dados da lista de RPPNs reconhecidas pelo Inea (Inea, 2014), dados publicados no Sistema Informatizado de monitoria de RPPN do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio, 2014), dados do Cadastro Nacional de RPPNs, da Confederação Nacional de RPPN e da Associação do Patrimônio Natural do Rio de Janeiro.

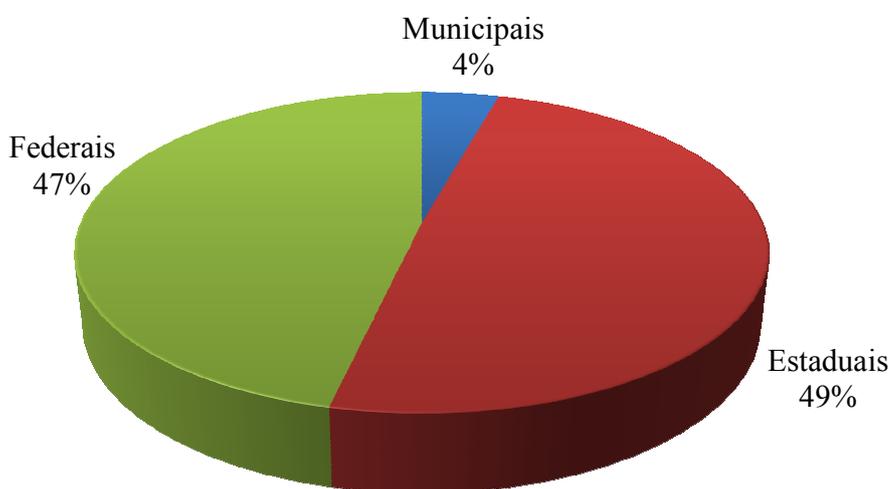
Todos dados foram digitalizados em planilhas eletrônicas, organizando as RPPNs por órgão reconhecedor (municípios, estado ou governo federal), município e mesorregião do Estado do Rio de Janeiro. A área ocupada pelas RPPNs e seus graus de Implementação e Conservação também foram analisados.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Estado do Rio de Janeiro possui 159 Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que ocupam aproximadamente 23.273,2 ha. Assim, aproximadamente 0,5 % do território do Estado é protegido pelas RPPNs. Reconhecendo a fragilidade da Mata Atlântica, pode-se afirmar que uma parcela importante do Rio de Janeiro está sob a proteção das RPPNs.

Foi possível identificar o órgão público reconhecedor de 151 RPPNs. A maioria das RPPNs são reconhecidas pelo governo estadual (Inea) (74 RPPNs), seguido pelo governo federal (ICMBio) (68 RPPNs) e pelos governos municipais (9 RPPNs) (Figura 3), distribuídas nos municípios de Miguel Pereira, Mendes, Petrópolis e Rio Claro.

As RPPNs estão distribuídas em 37 dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, 40,22 % dos municípios (Tabela 1). As regiões com maior número de RPPNs são a Serrana e a das Baixadas Litorâneas. Por outro lado, as regiões da Costa Verde e Norte Fluminense possuem um pequeno número de RPPNs. A Região Serrana é a que apresenta maior número de municípios com RPPNs, seguida da Região Metropolitana.



**Figura 4.** Porcentagem de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) reconhecidas pelos governos municipais, governo estadual e governo federal, no Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 1.** Distribuição das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) nas regiões do Estado do Rio de Janeiro.

Região	Número de Municípios	Número de Municípios com RPPNs	Número de RPPNs	Fr (%)
Baixadas Litorâneas	12	4	30	18,87
Centro-Sul Fluminense	10	3	18	11,32
Costa Verde	3	2	4	2,52
Médio Paraíba	12	5	18	11,32
Metropolitana	19	7	16	10,06
Noroeste Fluminense	13	3	15	9,43
Norte Fluminense	9	4	7	4,40
Serrana	14	9	51	32,08
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>37</b>	<b>159</b>	<b>100,00</b>

A Região das Baixadas Litorâneas é a que apresenta maior área protegida por RPPNs, seguida das regiões Norte Fluminense, Médio Paraíba e Serrana (Tabela 2). A Região Noroeste Fluminense possui a menor área de RPPNs. A porcentagem da área total da Região das Baixadas Litorâneas protegida por RPPNs é expressivamente maior que das demais regiões. As regiões Metropolitana e Noroeste Fluminense foram as que apresentaram menor porcentagem da área total protegida. Mais da metade da área total de RPPNs está na Mesorregião das Baixadas Litorâneas.

**Tabela 2.** Área das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) a frequências por região do Estado do Rio de Janeiro.

Região	Área das RPPNs (ha)	Fr (%)	Área das Regiões (ha)	Fr protegida (%)
Baixadas Litorâneas	13142,84	56,47	506380	2,60
Centro-Sul Fluminense	398,8	1,71	302880	0,13
Costa Verde	1297	5,57	211550	0,61
Médio Paraíba	1890,54	8,12	618570	0,31
Metropolitana	255,46	1,10	531890	0,05
Noroeste Fluminense	296,1	1,27	537030	0,06
Norte Fluminense	4387,37	18,85	974770	0,45
Serrana	1605,11	6,90	693590	0,23
<b>Total</b>	<b>23273,22</b>	<b>100</b>	<b>4376660</b>	<b>0,53</b>

Nota: Fr (%) – frequência relativa das áreas das RPPNs por região do Estado; Fr protegida (%) – porcentagem da área das regiões sob a proteção das RPPNs.

Mais de 76 % das RPPNs possuem menos de 50 ha e somadas correspondem a aproximadamente metade da área de todas as reservas (Tabela 3). Apenas ~~eerea de~~ 15 % das RPPNs são maiores que 100 ha, mas correspondem a mais de 40 % da área total protegida.

**Tabela 3.** Número e área das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) por classes de tamanho, no Estado do Rio de Janeiro.

Área da RPPN (ha)	Número de RPPNs	Área das RPPNs	Fr% (nº de RPPNs)	Fr% (área protegida)
0-50	122	12297,9	76,73	52,84
51-100	12	897,1	7,55	3,85
> 100	25	10078,2	15,72	43,30
Total	159	23273,2	100	100

Cabe ressaltar que áreas pequenas podem não possuir capacidade de suporte para a manutenção de populações viáveis de espécies de animais e plantas, especialmente espécies de grande porte e de topo de cadeia alimentar. Além disso, áreas maiores possuem geralmente maior diversidade de habitats, o que se traduz em uma maior biodiversidade (ZAÚ, 1998). Assim, é importante fomentar a criação de Unidades de Conservação com grandes áreas. Além disso, seria interessante que as RPPNs estejam próximas de outras áreas protegidas, para facilitar o fluxo gênico entre populações de animais e plantas das RPPNs e de outras Unidades de Conservação.

O grau de conservação e de implementação foram avaliados para 117 RPPNs, pois este foi o número de reservas cujos relatórios foram encontrados. Foi observado que todas as RPPNs possuem grau de conservação 4, o fator máximo de avaliação. Assim, todas as RPPNs cujos dados foram contabilizados encontram-se bem conservadas. Quanto ao grau de implementação, 109 RPPNs (93,2 % do total) possuíam fator de avaliação 4, que é dado a Unidades de Conservação totalmente implementadas. As outras 8 RPPNs (6,8 % do total)

possuem fator de avaliação 1, sendo consideradas como Unidades de Conservação apenas legalmente constituídas.

## 5. CONCLUSÃO

Reconhecendo a vulnerabilidade do bioma Mata Atlântica pode-se afirmar que, as áreas protegidas no Estados detêm grande importância para a conservação da biodiversidade.

A partir de análise dos dados da pesquisa foi possível concluir que, as Unidades de Conservação particulares do Estado do Rio de Janeiro estão em sua maioria, restritas a pequenos fragmentos que se distribuem em toda região do estado formando corredores entre diversas outras categorias de UCs.

Imprescindível ressaltar que, a gestão integrada de todas as Categorias de Unidades de Conservação contribuem para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Através da criação de UCs é possível delimitar territórios que auxiliam significativamente na melhoria dos serviços ambientais fornecidos pelo meio físico natural. Os serviços básicos garantidos pela legislação brasileira a partir da Constituição Federal de 1988, ressalta a importância de conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. S.; GOMES, D. S.; QUEIROZ, J. M. Estratégias para a conservação da diversidade biológica em florestas fragmentadas. *Ambiência*, v.7, n.2, p.367-382, 2011.

AYRES, J. M.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; QUEIROZ, H. L.; PINTO, L. P.; MASTERSON, D.; CAVALCANTI, R. B. Os Corredores Ecológicos das Florestas Tropicais do Brasil. 2005. Sociedade Civil Mimirauá – SCM.

BARBOSA, A. B. *et al.* ICMS verde no município de Paracambi/RJ: correlação entre as ações ambientais e a evolução na arrecadação. [2013]. (Trabalho apresentado no IV Congresso de Gestão Ambiental, 11, 2013, Salvador, BA).

BRAZ, V.S.; CAVALCANTI, R.B. A representatividade de áreas protegidas do Distrito Federal na conservação da avifauna do Cerrado. *Ararajuba*, v.9, p.61-69, 2001.

CASTELANO, A.H.P.; FALAGUASTA, A.C.R. Medidas alternativas brasileiras para a preservação do meio ambiente no Mercosul – ICMS Verde e o princípio do poluidor-pagados. In: FoMerco – Fórum Universitário Mercosul, 2003, Maringá: UEM, 2003.

COLCHESTER, M. Salvaging nature: indigenous peoples and protected areas. In: social change and conservation. Londres. Earthscan Publications Ltd.,1997.

FONSECA, G. A. B.; PINTO, L. P. S.; RYLANDS A. B.; Biodiversidade e unidades de conservação. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. 1997. Curitiba. Anais. Curitiba. Universidade Livre do Meio Ambiente. 1997.

Guia Geográfico. Mapas do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mapas-rio.com/regioes.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20/06/2014.

MELLO, A. L. Serviços Ambientais Hidrológicos desempenhados por Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica: Marco teórico para pagamentos por serviços ambientais na bacia hidrográfica do Rio São João, RJ. 2007. Dissertação (Programa de Pós-graduação em ciências ambientais e florestais) – Instituto de Florestas – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica. 2007.

MELLO, D. S; MELLO, L. V; FERREIRA, M. I. P. Nomenclaturas distintas para zonas ambientais com objetivos semelhantes: dificultando a gestão participativa de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 5 n. 2, p. 203-218, 2011.

MESQUITA , C. A. B; VIEIRA, M.C.W. RPPN - Reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Caderno nº 28, 2004.

MULONGOY, K. J.; CHAPE, S. Protected areas and biodiversity: an overview of key issues. Convention on Biological Diversity (CBD). Cambridge. World Conservation Monitoring Centre. 2003.

OLIVEIRA, M. A. S. & PIRES, P. S. Uso Público Nas Reservas Particulares Do Patrimônio Natural - Convergência Entre Turismo e Conservação Ambiental No Brasil. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 116-134, set./dez. 2011.

NPS. National Park Service. Disponível em: <<http://www.nps.gov/history/>>. Acesso em: 01/07/2014.

PRIMACK RB; RODRIGUES E. Biologia da conservação. Londrina: Editora Rodrigues; 2001. 328p.

RAMBALDI, D.M. & OLIVEIRA, D.A.S. 2003. Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

SEA - Secretaria de Estado do Ambiente. 2014. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=164974>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

SOS MATA ATLÂNTICA. Fundação SOS Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/>>. Acesso em: 01/07/14.

TABARELLI, Marcelo; PINTO, Luiz. Paulo; SILVA, J. M. C; HIROTA, M. M; BEDÊ, L. C. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. MEGADIVERSIDADE. v.1, n.1, 2005.

WILSON, E. O. Diversidade da vida. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 1997.

ZAÚ, André Scarambone. Fragmentação da Mata Atlântica: Aspectos Teóricos. Floresta e Ambiente. Vol 5(1): 160-170, jan./dez. 1998.

## 7. APÊNDICE

**Tabela 4.** Localização, área, grau de conservação (GC) e grau de implementação (GI) das Reservas Particulares do Patrimônio Natural municipais (M), estaduais (E) e federais (F), no Estado do Rio de Janeiro-RJ.

Região	Município	Nome da RPPN	Área da RPPN (ha)	GC	GI	M	E	F
Baixas Litorâneas	Casimiro de Abreu	Fazenda Bom Retiro	472	4	4			1
Baixas Litorâneas	Casimiro de Abreu	Fazenda Córrego da Luz	20	4	4			1

Região	Município	Nome da RPPN	Área da RPPN (ha)	GC	GI	M	E	F
Baixadas Litorâneas	Casimiro de Abreu	Matumbo	29,84	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Casimiro de Abreu	Três Morros	508,78	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Casimiro de Abreu	Fazenda da Tiês	31,3	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Casimiro de Abreu	Sítio da Luz CA	41,18	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Casimiro de Abreu	Ventania	138,27					1
Baixadas Litorâneas	Saquarema	Mato Grosso	26,11	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Saquarema	Mato Grosso II	53,5	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Fazenda Arco Íris	45,86	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Floresta Alta	380,9	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Gaviões	117,39	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Granja Redenção	33,8	4	1			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Reserva Serra Grande	108	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Reserva União	343,1	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Sítio Cachoeira Grande	10,231	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Sítio Santa Fé	14,31	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Águas Vertentes	12,57	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Cachoeirinha	23,55	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Lençóis	17,33	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Cisne Branco	5,35	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Quero Quero	16,38	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Rabicho da Serra	62,78	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Taquaral	16,83	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Boa Esperança	38,89	4	4		1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Neiva, Patrícia, Claudia e Alelandra	10,64	4	4			1
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Estância Rio do Ouro	7,07				1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Fargo	11,8				1	
Baixadas Litorâneas	Silva Jardim	Mico Leão Dourado	22,17					1
Centro-Sul Fluminense	Engenheiro Paulo de Frontin	Jornalista Antenor Novaes	125	4	4			1
Centro-Sul Fluminense	Engenheiro Paulo de Frontin	Sete Flechas	7,07	4	4		1	
Centro-Sul Fluminense	Engenheiro Paulo de Frontin	Sítio Picada	23,17				1	
Centro-Sul Fluminense	Engenheiro Paulo de Frontin	Santa Clara	21,12				1	
Centro-Sul Fluminense	Sapucaia	Nossa Senhora Aparecida	6,92	4	4			1

Região	Município	Nome da RPPN	Área da RPPN (ha)	GC	GI	M	E	F
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Monte Alegre 1ª	8,34	4	4		1	
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Munic. Sítio Oficina	16	4	1	1		
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Reserva Gargulho	45,72	4	4		1	
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Monte Alegre 1B	4,33	4	4		1	
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Pouso Alto	3,93	4	4		1	
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Municipal Monte Alegre 3	7,17	4	4	1		
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Municipal Monte Alegre 4	9,36	4	4	1		
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Casa da Árvore	1			1		
Centro-Sul Fluminense	Miguel Pereira	Sítio Oficina	16,4			1		
Centro-Sul Fluminense	Mendes	Sítio Santa Cruz	46,8	4	4			1
Centro-Sul Fluminense	Mendes	Vale do Sossego 1	5,03	4	4			1
Centro-Sul Fluminense	Mendes	Vale do Sossego 2	4,64	4	4	1		
Centro-Sul Fluminense	Mendes	Vale do Sossego*	46,8					1
Costa Verde	Angra dos Reis	Gleba o Saquinho de Itapiurapuã	4	4	4			1
Costa Verde	Angra dos Reis	Fazenda do Tanguá	118	4	4			1
Costa Verde	Mangaratiba	Fazenda Cachoeirinha	650	4	4			1
Costa Verde	Mangaratiba	Santa Izabel	525	4	4			1
Médio Paraíba	Barra Mansa	Bonsucesso	232,17	4	4			1
Médio Paraíba	Piraí	São Carlos do Mato Dentro	24,02	4	4		1	
Médio Paraíba	Resende	Agulhas Negras	16,1	4	4		1	
Médio Paraíba	Resende	Jardim Mukunda	21,71	4	4		1	
Médio Paraíba	Resende	Santo Antônio	538,59	4	4		1	
Médio Paraíba	Resende	Dois Peões	59,96				1	
Médio Paraíba	Resende	Chalé Club Alambary	2,46				1	
Médio Paraíba	Resende	Santa Mônica	207,49				1	
Médio Paraíba	Rio Claro	Fazenda Sambaiba	118,27	4	4		1	
Médio Paraíba	Rio Claro	Fazenda Roça Grande	63,7	4	4			1
Médio Paraíba	Rio Claro	Fazenda São Benedito	144	4	4			1
Médio Paraíba	Rio Claro	Reserva Nossa Senhora das Graças	30,73	4	4			1

Região	Município	Nome da RPPN	Área da RPPN (ha)	GC	GI	M	E	F
Médio Paraíba	Rio Claro	Sítio Fim da Picada	28,15	4	4			1
Médio Paraíba	Rio Claro	Alvorada de Itaverá	160,49	4	4		1	
Médio Paraíba	Rio Claro	Municipal Reserva Santo Antônio de Rio Claro	48,5	4	4	1		
Médio Paraíba	Rio Claro	Refúgio das Águas	14,15				1	
Médio Paraíba	Rio Claro	Sítio Fim da Picada 2	7,05					1
Médio Paraíba	Valença	Fazenda São Geraldo	173	4	4			1
Metropolitana	Cachoeira de Macacu	Reserva Ecológica de Guapiaçu	302,12				1	
Metropolitana	Itaguaí	Reserva Porangaba	9	4	4			1
Metropolitana	Itaguaí	Sítio Porangaba	34	4	4			1
Metropolitana	Itaguaí	Sítio Angaba	29	4	4			1
Metropolitana	Magé	El Nagual	17,2	4	4			1
Metropolitana	Magé	Reserva Querencia	6,3	4	4			1
Metropolitana	Magé	Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes	20,3	4	4		1	
Metropolitana	Nova Iguaçu	SEC/Tiinguá	16,5	4	4			1
Metropolitana	Nova Iguaçu	Sítio Paiquerê	14,1					
Metropolitana	Paracambi	Grota do Sossego	15,09				1	
Metropolitana	Paracambi	Estela	3,17	4	4		1	
Metropolitana	Rio de Janeiro	Estelata	3,4	4	4			1
Metropolitana	Rio de Janeiro	Reserva Ecol. Metodista Ana Gonzaga	73,12	4	4			1
Metropolitana	Rio de Janeiro	Bicho Preguiça	1,73				1	
Metropolitana	Rio de Janeiro	Sítio Granja São Jorge	2,6	4	4			1
Metropolitana	Rio de Janeiro	Céu Mar	3,4					
Metropolitana	Seropédica	Gotas Azuis	6,55	4	4		1	
Noroeste Fluminense	Natividade	Engenheiro João Furtado Mendonça	78,5	4	1			1
Noroeste Fluminense	Santo Antônio de Pádua	Boa Vista e Pharol	8	4	4		1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Frilson Matheus	15,03	4	4		1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	das Orquídeas	5,75	4	4		1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Xodo	6,95	4	4		1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Ribeira e Soledade	6,33	4	4		1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Boa Vista	49,93	4	4		1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Sítio Palmeiras	2,93				1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Dr. Carlos de Oliveira Ramos	25,35				1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Varre-sai	27					
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Jesuino veloso	29					

Região	Município	Nome da RPPN	Área da RPPN (ha)	GC	GI	M	E	F
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Boa Ventura I	9,28					
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Boa Ventura II	9,63					
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Bento Meloni de Souza	4,38	4	4		1	
Noroeste Fluminense	Varre-sai	Douglas Vieira	18,04					
Norte Fluminense	Conceição de Macabu	Aguas Claras 1	2,1	4	4		1	
Norte Fluminense	Macaé	Fazenda Barra do Sana	162,4	4	4			1
Norte Fluminense	Macaé	Sítio Shangrilah	86	4	4			1
Norte Fluminense	Macaé	Sítio Sumidouro e Sítio Peito de Pomba	43	4	4			1
Norte Fluminense	Macaé	Ponte do Baião	248,4				1	
Norte Fluminense	São João da Barra	Fazenda Caruara	3844,73				1	
Norte Fluminense	São Fidélis	Itacolomy	0,74				1	
Serrana	Bom Jardim	Gaia	40	4	4			1
Serrana	Bom Jardim	Nossa Senhora Aparecida	8,7	4	4			1
Serrana	Bom Jardim	Vale do Luar	22,58	4	4			1
Serrana	Bom Jardim	Sítio Marie Camille	4,28	4	4			1
Serrana	Duas Barras	Nossa Senhora Aparecida	59,06	4	4			1
Serrana	Duas Barras	Pedra Branca	15,09				1	
Serrana	Nova Friburgo	Fattoria Grigea	10,2	4	4			1
Serrana	Nova Friburgo	Sítio Azul	5,08	4	4			1
Serrana	Nova Friburgo	Sossego I	1,02	4	4			1
Serrana	Nova Friburgo	Sossego II	1,03	4	4			1
Serrana	Nova Friburgo	Bello e Kerida	13,7	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Woodstock	30,37	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Córrego Frio	21,68	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Soledade	6,33	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Panapaná	17,25	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Vale do Paraíso	84,99	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Bacchus	101,73	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Sítio da Luz	14,77	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Jardim das Delicias	20,42	4	4			1
Serrana	Nova Friburgo	Villa São Romão	50,02	4	4			1
Serrana	Nova Friburgo	Paiquerê	14,1	4	4			1
Serrana	Nova Friburgo	Duas Pedras	1,51	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	São José	8,78	4	4		1	
Serrana	Nova Friburgo	Carpi	8,2				1	
Serrana	Nova Friburgo	Terra do Sol e da Lua	10,78				1	

Região	Município	Nome da RPPN	Área da RPPN (ha)	GC	GI	M	E	F
Serrana	Nova Friburgo	Nêga Fulô	4,59				1	
Serrana	Nova Friburgo	Recanto Saudoso	2,76				1	
Serrana	Nova Friburgo	Auto da Boa Vista - Resgate VII	30					
Serrana	Petrópolis	Municipal Moinho Preto	44	4	1	1		
Serrana	Petrópolis	Rogério Marinho	91,22	4	1			1
Serrana	Petrópolis	Pedra do Amarilis	39,64	4	4			1
Serrana	Petrópolis	Fazenda Limeira	18,73	4	4			1
Serrana	Petrópolis	Pilões	18,35	4	4			1
Serrana	Petrópolis	Graziela Maciel Barroso	184	4	4			1
Serrana	Petrópolis	Caldeirão	2,18				1	
Serrana	Petrópolis	Casal Buono	44,03			1		
Serrana	Santa Maria Madalena	Verbicário	11,27	4	4		1	
Serrana	Santa Maria Madalena	Refúgio do Bugio	23,64				1	
Serrana	São José do Vale do Rio Preto	Fazenda Miosótis	92,08				1	
Serrana	Sumidouro	Reserva Serra de Caramandu	35,14	4	4			1
Serrana	Teresópolis	Fazenda Suspiro	18,21	4	4			1
Serrana	Teresópolis	Maria Francisca Guimarães	1,02	4	4			1
Serrana	Teresópolis	Sítio Serra Negra	19,11	4	4		1	
Serrana	Teresópolis	Olho D'água	7,34	4	4		1	
Serrana	Teresópolis	Rildo de Oliveira Gomes II	23,82				1	
Serrana	Teresópolis	Canto dos Pássaros	28,07				1	
Serrana	Teresópolis	Canto dos Pássaros II	3,14				1	
Serrana	Trajano de Moraes	Cabeceira do Cafofo	174,35	4	1			1
Serrana	Trajano de Moraes	Reserva Santa Dulce de Cima	92,19	4	1			1
Serrana	Trajano de Moraes	Reserva Córrego Vermelho	20,95	4	1			1
Serrana	Trajano de Moraes	Águas Claras 2	3,61	4	4		1	
<b>Total</b>	<b>37 municípios</b>	<b>159 RPPNs</b>	<b>23273,2</b>			<b>9</b>	<b>74</b>	<b>68</b>